

Apoio de Gama a Fischer:

PSD exige clarificação



O Presidente do PSD, **Dr. José Manuel Durão Barroso**, manifestou grande preocupação por o Ministro dos Negócios Estrangeiros português ter felicitado o seu homólogo alemão por declarações que *"apontam para a marginalização dos Estados menos poderosos da União Europeia"*.

Também os **Deputados do PSD no Parlamento Europeu**, em comunicado, exigiram uma **clarificação da posição do PS** nesta matéria.

[texto na pág. 3](#)

Director: **Carlos M. Coelho** - rue Wiertz - ASP 8E150 - 1047 Bruxelles - tel(02)284 5551, fax (02)284 9551 JUNHO - 2000

O regresso de Guterres ...

"Após a presidência portuguesa, O PM retomará o seu contacto normal com o País" afirmou de forma clara ao Expresso o ministro mais influente do governo socialista.

Não quero aqui discorrer sobre as ausências de António Guterres que tanta tinta fizeram correr na arena da nossa política interna. Nem quero comentar a forma desajeitada como a agenda do PM passou a incluir um conjunto banal de aparições e festejos para fazer parecer presente o que tão ausente tem estado.

Quero aqui apenas reter o "*elemento europeu*". Se o governo se desculpa com a Presidência para justificar as ausências do PM temos de relevar o investimento europeu de Guterres que se sujeita a tanta crítica em Portugal para tentar desempenhar com maior sucesso a 2ª presidência portuguesa do Conselho.

E a tanto investimento é justo que corresponda idêntico sucesso. Que a Europa, sob presidência portuguesa dê passos em frente e que Portugal saia melhor, mais conhecido, mais prestigiado e com melhores perspectivas de progresso e desenvolvimento após este desempenho.

É que António Guterres não é Presidente do Conselho por ser Presidente da *Internacional Socialista*. É-o porque é PM de Portugal. Não vou entrar aqui no debate de saber se é legítimo esperar que Portugal ganhe com isso. É justo esperar que, pelo menos, Portugal não tenha ficado prejudicado por essa circunstância.

Desta avaliação não se poderá livrar o PM, o governo e o PS. Os Deputados europeus do PSD não se demitirão dessa responsabilidade.

Carlos Miguel Coelho

Procedimentos de circulação automóvel

Carlos Coelho
defende harmonização [pág. 2](#)

Co-Incineração

Jorge Moreira da Silva
quer cumprimento das Directivas comunitárias [pág. 4](#)

Em defesa do Vinho do Porto

Intervenção de Arlindo Cunha [pág. 5](#)

O PSD disse:

Intervenções de Arlindo Cunha, Carlos Costa Neves e Jorge Moreira da Silva [pág. 7](#)

Carlos Coelho reclama harmonização



Carlos Coelho defende harmonização de procedimentos de circulação automóvel

O Deputado Carlos Coelho manifestou, em Bruxelas, preocupação com várias queixas de automobilistas portugueses, que a comunicação social tem ultimamente referido, que, *“por razões profissionais ou turísticas, ao circularem nas diferentes estradas europeias se deram conta de que existe uma enorme diferenciação ao nível das normas de circulação e dos equipamentos obrigatórios para os automóveis, entre os vários países da União Europeia”*.

Parece ser possível, afirma Carlos Coelho numa pergunta escrita dirigida à Comissão Europeia, *“que um automobilista português que decida fazer um périplo pela Europa, seja multado logo à entrada de Espanha por não possuir um conjunto de lâmpadas de substituição para os faróis (que não é obrigatório em Portugal), ou que ao circular na Alemanha seja multado por não possuir uma caixa de*

primeiros-socorros (também não obrigatória no nosso país)”.

O Deputado português defende que *“se qualquer automobilista europeu, que viaje na União Europeia, deve ter em conta as normas de circulação e de equipamento em vigor nos diversos países, também aplicáveis a não residentes, deveriam ser levadas a cabo acções de informação e esclarecimento a esses automobilistas independentemente do Estado Membro onde tenham fixado residência”*.

Para Carlos Coelho, *“sendo certo que a questão da harmonização das normas existentes em cada um dos Estados Membros pode colocar muitas dificuldades, não será possível, no entanto, que, pelo menos ao nível dos equipamentos que é obrigatório transportar no veículo, se possa chegar a um consenso?”*

Carlos Coelho pergunta concretamente, *“o que se afigura à Comissão que deva ser feito no plano da Segurança Rodoviária e da Liberdade de Circulação dos cidadãos comunitários? Mais informação ou harmonização das exigências legais? Que iniciativas pode a Comissão adoptar neste âmbito?”*

Portugal na cauda da Europa ?

Portugal na cauda da Europa na transposição de Directivas: Carlos Coelho interroga Comissão

O Deputado do PSD Carlos Coelho, interrogou a Comissão Europeia sobre os atrasos acrescidos na transposição para as legislações nacionais das directivas europeias.

Carlos Coelho fundamentou a sua questão *“face a declarações tornadas públicas de que os Estados Membros têm vindo a reduzir os seus esforços no sentido de proceder à transposição, em tempo útil, para a sua legislação nacional da regulamentação europeia sobre o mercado interno”*.

O Deputado social democrata salientou que *“tem aumentado vertiginosamente a distância entre os Estados Membros que aplicam a legislação relativa ao mercado único (dos quais se pode salientar o caso da Suécia, da Finlândia e da Espanha) e os que atrasam*

a sua transposição, em que 4 países - Grécia, Portugal, França e Luxemburgo - estão na base de mais de 40% dos atrasos”.

Carlos Coelho, tendo em conta que Portugal é um dos Estados Membros com maior défice de transposição, requereu em concreto que a Comissão Europeia *“esclareça sobre a veracidade dos factos apresentados, forneça uma lista de todas as directivas que aguardam transposição, com a indicação do tema e do atraso em questão e que hierarquize o grau de importância que atribui à urgência na respectiva transposição”*.

CARTA DA EUROPA-Documentos

Dada a sua actualidade, promoveu-se a tradução para Português do discurso de Jacques Delors perante o Senado francês e do Ministro alemão Fischer na Universidade de Humboldt.

Quem o desejar pode solicitá-los a Carta da Europa (contactos na página 8)

Apoio de Gama a Fischer: PSD quer clarificação

Em conferência de imprensa, o Presidente do PSD comentou as declarações proferidas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, favoráveis à institucionalização de um modelo federal de Europa, designadamente com um presidente eleito directamente.

Durão Barroso sublinhou que as propostas do Ministro alemão "apontam para a marginalização dos Estados menos poderosos da União Europeia e não têm a menor viabilidade. Considero mesmo duvidoso que uma consulta popular na Europa lhes fosse favorável".

Durão Barroso afirmou não perceber por que razão Jaime Gama felicitou o seu homólogo alemão e exigiu explicações do Primeiro-Ministro António Guterres. "O país desconhece que linha está a ser seguida para o futuro da Europa. Acha o

senhor Primeiro-Ministro necessário avançarmos para uma federação de Estados?", perguntou o Presidente do PSD, acrescentando que, a concretizar-se a proposta do Ministro alemão "a Europa saíria enfraquecida e Portugal seria marginalizado".



" o País desconhece que linha está a ser seguida para o futuro da Europa "

"Considero inaceitável que numa Europa que se baseia nos princípios da igualdade e da solidariedade, um ministro se arroge o direito de dizer que a União Europeia pode ser constituída só pelos países fundadores".

Tais declarações representam, acrescentou Durão Barroso, "uma violação do princípio da igualdade entre Estados e a marginalização de alguns Estados Membros. É necessário encontrar uma fórmula de reforma institucional da União Europeia que não marginalize países que têm tanto direito a ser europeus como outros".

Comunicado dos Deputados do PSD no PE

Fomos confrontados com as declarações de apoio do Ministro Jaime Gama à intervenção do Ministro alemão dos Negócios Estrangeiros Fischer, na qual este ministro do Partido Os Verdes defende "a transição para uma união de Estados com uma completa parlamentarização sob a forma de uma Federação Europeia (...) um Parlamento Europeu, um governo Europeu que exerça realmente o poder legislativo e executivo dentro da Federação. A Federação deve ser baseada num tratado constitucional".

Na sua intervenção o Ministro alemão, apoiado agora pelo Ministro português, defende a criação de "um centro de gravidade" de Estados, que sejam a "vanguarda" deste processo, ou seja a institucionalização de facto de uma Europa a duas velocidades, **com um directório de Estados destacando-se de todos os outros, propondo um modelo vanguardista da Europa**, imposto progressivamente a todos os

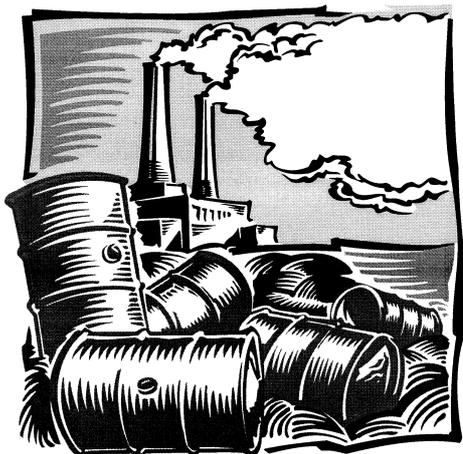
outros Estados, sob pena de se marginalizarem da construção Europeia.

Estas posições tinham até agora sido recusadas por qualquer Governo português, incluindo o do Eng. Guterres. Foram recentemente recusadas no PE pelo voto dos deputados do PS e do PSD quando do relatório sobre a Conferência Intergovernamental.

É difícil compreender como é que se pode compatibilizar esta posição do Ministro Jaime Gama e a dos deputados do PS no PE.

Esta é uma matéria de grande gravidade que afecta os interesses nacionais e europeus de Portugal. **Exigimos por isso uma clarificação** da posição do Governo e do Primeiro Ministro Eng. Guterres, do PS e dos deputados europeus do PS face ao apoio que o Ministro Jaime Gama deu ao Ministro alemão Fischer.

Jorge Moreira da Silva pede intervenção da CE



O Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva solicitou "uma intervenção urgente da Comissão Europeia no sentido de repor, em Portugal, o cumprimento das Direc-

tivas da União Europeia" relativas ao tratamento de resíduos industriais perigosos.

Em carta dirigida à Comissária responsável pelo pelouro do Ambiente, Sr^a Margot Wallström, Jorge Moreira da Silva afirma que " a decisão anunciada pelo Governo português de realizar a co-incineração de resíduos industriais perigosos em duas indústrias cimenteiras localizadas em Souselas e no Outão foi tomada na sequência do parecer emitido por uma Comissão Científica, composta por quatro cientistas portugueses, e que contraria, em matéria de localização menos danosa para o meio ambiente, um Estudo de Impacte Ambiental anteriormente realizado".

Na sua carta, Jorge Moreira da Silva, que é membro do Comité de Conciliação da Directiva relativa à Incineração de Resíduos, invoca que " a União Europeia considera, sem margem para dúvidas, que a incineração e a co-incineração de Resíduos constituem uma abordagem unicamente admissível depois de esgotadas as outras opções técnicas.

Aliás, no âmbito da recente discussão da Directiva relativa à Incineração de Resíduos, que está neste momento em Processo de Conciliação, o Parlamento Europeu fez questão, através da sua alteração nº 2, de reafirmar que a hierarquia da política global de gestão de resíduos deverá ser a seguinte: prevenção e redução; reutilização; e, por fim, incineração com recuperação de calor e eliminação total".

Por outro lado, considera o Deputado português, "a União Europeia tem defendido que a concessão de licenças de co-incineração e de incineração de resíduos deverá ser antecedida de um período de discussão pública.

A Proposta de Directiva relativa à Incineração de Resíduos, assim como a correspondente 2^a Leitura do Parlamento Europeu, define-o de forma muito clara.

A Directiva 87/101/CEE, relativa à eliminação de óleos usados, define no seu art 3^o, n^o1, que 'sempre que as restrições de ordem técnica, económica e administrativa o permitam, os Estados-membros tomarão as medidas necessárias para dar prioridade ao tratamento de óleos usados por regeneração'."

Para Jorge Moreira da Silva, "o Governo português não realizou o amplo debate público que se exigia; perverteu a abordagem hierárquica que a política de gestão global dos resíduos obriga, avançando para o processo de co-incineração sem desenvolver os esforços convenientes de redução, de reciclagem e de reutilização dos resíduos; não tomou qualquer iniciativa que desse prioridade à regeneração dos óleos usados, preconizando agora a sua co-incineração nas referidas cimenteiras.

A UE admite a incineração e a co-incineração apenas depois de esgotadas as outras opções.

Aliás, acrescenta, o Governo Português, com esta sua atitude de imobilismo na regeneração dos óleos, mais do que defender a saúde pública e o meio ambiente, serviu os interesses económicos das cimenteiras, tornando legítima a seguinte dúvida:

Será que, dado o volume de óleos usados existentes em Portugal e o poder calórico que eles representam para a co-incineração, as cimenteiras teriam o mesmo interesse na co-incineração se esta não incluísse os óleos usados ? "

Moreira da Silva acusa o Governo de se preparar "para consumir a decisão através de um acto administrativo, de forma a evitar que a Assembleia da República se pronuncie" e solicita "uma intervenção urgente da Comissão Europeia no sentido de repor o cumprimento, em Portugal, das Directivas da União Europeia".

Arlindo Cunha: "Chegou a hora de dizer Basta"

O Deputado do PSD **Arlindo Cunha** defendeu, em Estrasburgo, a não aprovação do regulamento-quadro sobre o **Acordo Geral de Cooperação, Desenvolvimento e Comércio com a África do Sul** sem estar regulamentado o Acordo Específico sobre os Vinhos. Para **Arlindo Cunha** "chegou a hora de dizer **BASTA**".

O Parlamento Europeu debateu, em segunda leitura, o regulamento do PE e do Conselho relativo à cooperação e ao Desenvolvimento com a África do Sul, que constitui a base jurídica do quadro geral de cooperação da UE com aquele País.

Entretanto, o Conselho de Ministros da UE aprovou em Setembro passado o Acordo Geral de Cooperação, Desenvolvimento e Comércio (Relatório Kinnock), cuja componente comercial entrou em aplicação em Janeiro do corrente ano.

O Relator, Deputado **Martínez**, concorda globalmente com a posição comum do Conselho, propondo que o enquadramento financeiro para o período de referência (2000-2006) passe dos 787,5 milhões de _uros propostos pelo Conselho para 910 milhões.

Para **Arlindo Cunha** "uma das componentes fundamentais do acordo comercial era relativa aos vinhos, mediante o qual a UE financiaria em 15 milhões de _uros um programa de reconversão das vinhas sul-africanas e aceitaria no seu mercado um contingente de 32 milhões de hectolitros de vinho daquele país isento de direitos. Por sua vez **a África do Sul comprometia-se a acabar com a utilização de algumas denominações de origem comunitária que indevidamente usa, como é o caso dos vinhos do Porto, Xerez, do Ouzo ou da Grappa. No caso do vinho do Porto, os prazos para pôr termo a tal prática eram de 5 anos nos vinhos exportados para a UE, 8 anos nos exportados para a África Austral e de 12 anos para o mercado interno sul-africano (Acordo de Berlim).**

Depois de alguns episódios rocambolescos, e de sucessivos adiamentos e manobras dilatórias dos negociadores sul-africanos em aceitar um texto de Regulamentação desse acordo que reflecta fielmente o Acordo de Berlim, ficou finalmente acordado entre as duas partes que até fins de Junho do corrente ano deverá ficar terminada nova redacção da



regulamentação do referido Acordo, o que deverá vigorar após 1 de Setembro. Ou seja, um ano depois do prazo em que se previa estar terminada tal redacção".

Arlindo Cunha afirma ter "informações de que os sul-africanos continuam a levantar problemas a uma redacção do Acordo Específico sobre Vinhos que reflecta fielmente o Acordo de Berlim. A estratégia que chega ao meu conhecimento é a de que estão a tentar passar todas estas questões vitivinícolas para o dossier TRIPS (Trade Related Intellectual Property Rights) da OMC (Organização Mundial do Comércio), dossier esse que a UE põe em causa nas negociações da Ronda do Milénio por não proteger minimamente as denominações comunitárias.

Parece, aliás, tratar-se de uma posição concertada com outros países produtores dos Novos Continentes como a Austrália ou os Estados Unidos, atendendo à sua recente mudança de atitude nas negociações bilaterais que mantinham com a UE. Gostaria aliás, de ouvir o comentário da Comissão sobre estas notícias que chegaram ao meu conhecimento".

Face ao exposto, **Arlindo Cunha** afirma não poder "concordar com o relator quando pede ao Parlamento que, numa prova de "boa fé", aprove rapidamente este regulamento-quadro sem estabelecer qualquer ligação com a vertente comercial do Acordo Geral de Cooperação, Desenvolvimento e Comércio".

E não concordo, porque todo o comportamento da UE até agora não tem sido outra coisa senão o de uma mega-prova de boa fé, ao ponto de, ao contrário do previsto, aceitar a aplicação comercial do Acordo sem estar regulamentado o Acordo Específico sobre os Vinhos.

Chegou a hora de dizer BASTA.

... à volta da P.A.C. ...

A PAC (*Política Agrícola Comum*) inclui, nalguns sectores, programas de apoio à não produção.

Nuns casos para regular os mercados, noutros para proteger o ambiente e impedir a exaustão dos recursos naturais, há medidas que, a despeito de serem muitas vezes mal recebidas, são necessárias ou justificadas.

A publicação desta carta não pretende, assim, caricaturar a PAC ou reduzir a sua importância (embora haja muito a fazer para melhorá-la e torná-la mais justa) mas apenas sublinhar o que acontece quando a informação escasseia...



Já pode ver a *Carta da Europa* na Net no site do PPE

Carta Autêntica recebida pelo Comissário Europeu da Agricultura *(original em francês)*

Senhor Comissário da Agricultura,

O meu amigo Robert, que vive na Bretanha, recebeu do Governo, um cheque de 500.000 FF (15.000 contos) para não criar porcos este ano. É por isso que eu penso entrar no programa de não criação de porcos no próximo ano.

O que eu gostaria de saber é qual a melhor forma para não criar porcos e qual a melhor raça de porcos a não criar. Eu gostaria de não criar os "Landrace" ou os "Large White".

O que custa mais neste programa parece ser o ter um inventário exacto com o número de porcos que não foram criados. O meu amigo Robert está muito confiante no futuro do seu negócio. Ele criou porcos durante mais de 20 anos e a quantia mais alta que recebeu foram 20.000 FF (600 contos), em 1978. Até este ano quando recebeu um cheque de 500.000 FF para não os criar. Se eu posso receber um cheque de 500.000 FF para não criar 50 porcos, quer dizer que posso receber 1.000.000 FF (30.000 contos) para não criar 100 porcos e assim por diante?

Proponho-me começar com um nível baixo para que receberei um cheque de 4.000.000 FF e É que estes 4.000 porcos que eu não vou criar, eram destinados. Quer isso então dizer que milho ? Em suma, será que me darão que não vão alimentar os 4.000 porcos

conseguir não criar 4.000 porcos. O que significa poderei assim investir num iate. Agora outra coisa: não vão comer os 100.000 baldes de milho que lhes vocês vão pagar aos agricultores para não produzir qualquer coisa para não produzir 100.000 baldes de milho que eu não vou criar?

Pretendo começar o mais cedo possível, porcos.

porque parece que esta altura do ano é propícia à não criação de

Com os melhores cumprimentos,

PS. Posso criar 10 ou 20 porcos, mesmo se estiver incluída no programa, apenas para ter um pouco de fiambre para a minha família?



Arlindo Cunha: O actual sistema de quotas de tomate é perverso

Arlindo Cunha manifestou **"grande preocupação com o que se está a passar com a Organização Comum de Mercado do tomate para a indústria, designadamente com os efeitos perversos do seu sistema de quotas ajustáveis anualmente e transferíveis entre Estados Membros"**.

Para Arlindo Cunha o sistema **"não acautela devidamente os efeitos na produção das oscilações climáticas, que são particularmente relevantes em países com pouca capacidade de irrigação para contrariar tais oscilações, como é o caso de Portugal. Por essa razão, o nosso país teria perdido 7% da sua quota na campanha de 1999/2000 não fora a negociação política feita na Cimeira de Berlim de Março do ano passado e, segundo os profissionais do sector, poderá perder mais 10% na próxima campanha"**.

Arlindo Cunha esperava **"que a Comissão tivesse apresentado uma proposta de alteração da OCM do tomate no primeiro semestre deste ano, a fim de ser aprovada ainda a tempo de ser aplicada na próxima campanha, evitando assim mais instabilidades e penalizações. Em vez disso, só agora a Comissão anuncia que apresentará a proposta algures no segundo semestre. Quando todos nós sabemos que a proposta está na realidade feita tecnicamente, pois existe um consenso quase unânime em torno dela por parte dos países produtores"**.

Arlindo Cunha afirma ainda que, como português, não pode **"deixar de manifestar estranheza e indignação por todo este atraso, tanto mais que coube a Portugal (de todos o país mais afectado por este sistema iníquo) o exercício da Presidência da União Europeia neste primeiro semestre de 2000. E o resultado está à vista: total incapacidade de persuadir a Comissão em inculcar maior celeridade no processo de apresentação da proposta"**.



Costa Neves: "A UE atravessa um período delicado"

Carlos Costa Neves considerou que **"a União Europeia atravessa um período delicado. As tensões são permanentes, as contradições evidentes. Parece que tudo se quer e, simultaneamente, nada se quer, como se vê ao nível da tradução orçamental ou falta dela, das prioridades da União Europeia"**.

As competências do Parlamento Europeu aumentaram substancialmente com a entrada em vigor do Tratado de

Amesterdão e a consequente extensão da co-decisão a mais áreas políticas, por exemplo? Então há que assegurar mais capacidade aos Deputados para exercerem o seu mandato, mais e melhor informação, mais resposta dos Grupos Políticos, mais eficácia dos serviços do Parlamento Europeu.

O alargamento pressupõe mudanças sensíveis na composição e funcionamento desta instituição? Então é preciso prepará-las, antecipar os desafios e a resposta a dar-lhes, não caindo na situação de esperar para ver, que nos porá a reboque dos acontecimentos que não soubermos prever nem condicionar".



Jorge Moreira da Silva: "É tempo de passar à acção"

Jorge Moreira da Silva afirmou que **"desde a Conferência do Rio de Janeiro, passando por Quioto, a União Europeia sempre liderou politicamente o debate sobre as Alterações Climáticas. No entanto, ainda que a Europa continue, do ponto de vista da oratória, a liderar o debate começa a faltar-lhe a legitimidade para que o possa fazer de forma credível"**.

De pouco adianta, acrescentou, a União Europeia procurar inquietar o mundo para este problema quando na realidade se constata que a **"bolha" europeia de gases com efeito de estufa, em particular de CO2, está mais próxima de engordar 6 a 8% do que de emagrecer os 8% que acordámos, em Quioto, para o ano 2010 (relativamente a 1990)"**.

Para Jorge Moreira da Silva **"este é pois o tempo de passar à acção. Acção interna para credibilizarmos o nosso esforço externo"**.

O Deputado social democrata, que participava no debate, em Plenário, sobre as emissões de CO2, emitidas pelos automóveis de passageiros novos, defendeu que **"em matéria de acção política, o sector dos Transportes deve constituir a nossa prioridade"**.

Os Transportes são o sector que mais está a contribuir para a derrapagem da U.E. em relação aos níveis fixados em Quioto.

De acordo com o estudo recentemente publicado pela Agência Europeia para o Ambiente (EEA), os Transportes são responsáveis por quase 30% do total de emissões da U.E., sendo previsível que o nível de emissões de CO2 proveniente deste sector venha a aumentar 39% até ao ano 2010 relativamente ao nível de 1990.

Este estudo conclui igualmente que os transportes rodoviários são responsáveis por 85% do total das emissões de CO2 no sector dos transportes".



Jorge Moreira da Silva:

"UE tem de reduzir emissões de CO2"

O Deputado do PSD Jorge Moreira da Silva foi designado Relator da Comissão do Meio de Ambiente do Parlamento Europeu para duas matérias inscritas no dossier das Alterações Climáticas: a implementação de um **Sistema de Comércio de Direitos de Emissão de Gases com Efeito de Estufa** na União Europeia e o lançamento de um **Programa Europeu de Redução dos Gases com Efeito de Estufa**.

Para Jorge Moreira da Silva, *"a apresentação destes dois instrumentos políticos - o Sistema de Comércio de Emissões de CO2 e o Programa Europeu para Redução dos gases com efeito de estufa - é extremamente importante, dado ser a primeira vez que a União Europeia reage com determinação à 'derrapagem' que se está a verificar em muitos Estados Membros dos valores limite de CO2 fixados em Quioto"*.

Os dois relatórios agora atribuídos ao Deputado social democrata serão discutidos e votados nas Sessões Plenárias de Setembro e Outubro do Parlamento Europeu, de forma a constituírem a posição oficial do Parlamento na Conferência das Partes sobre Alterações Climáticas, que terá lugar em Haia, no próximo mês de Novembro.

Costa Neves chefiou Delegação do PE a Singapura e Malásia

O Deputado do PSD Carlos Costa Neves chefiou a Delegação do Parlamento Europeu que se deslocou a Singapura e à Malásia, nos dias 21 a 26 de Maio.

Em Singapura, a delegação de parlamentares europeus, para além de reuniões no Parlamento, teve encontros com o Primeiro Ministro e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e reuniu com os Embaixadores dos países membros da União Europeia.

Em Kuala Lumpur, os Deputados europeus tiveram reuniões com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro da Indústria, com membros das duas câmaras do Parlamento e com responsáveis do Instituto Ásia-Europa da Universidade Malaya.

Costa Neves considerou que *"o Parlamento Europeu, com delegações como esta, dá um contributo essencial ao aprofundamento do conhecimento mútuo, neste caso, com os países do Sudeste Asiático, que têm inegável importância quer numa perspectiva política, quer económica"*.

Para Costa Neves *"no novo e reforçado protagonismo que a União Europeia quer ter no mundo, importa dar especial atenção às imensas potencialidades das relações com os países ASEAN, que integram estados como Singapura, Malásia, Vietname, Indonésia, Filipinas e Tailândia"*.



António Guterres afirmou à GR: *"Por muito estranho que pareça e por verdadeiramente paradoxal que possa parecer, o que me faz mais falta é viajar..."*



6 em cada 10 portugueses está de acordo com a participação de Portugal no Euro. (2 contra e 2 sem opinião de acordo com o Eurobarómetro)



O Deputado britânico Charles Tannock defendeu a adopção de restrições à utilização de telemóveis por parte de crianças, por razões de saúde.



Os 10 países do leste candidatos à adesão à UE dispõem de reactores nucleares ou instalações similares (quase todos antiquados e de tecnologia soviética, considerada pouco segura).

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

Ilustrações: **Júlio Pisa**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551